

CONSTITUINTE

Editores pedem limitação da interferência estatal

Reunidos ontem no Hotel Glória, cerca de cem editores, livreiros e distribuidores decidiram propor à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que elabora um anteprojeto de Constituição, imunidade para o livro e seus insumos e limitação da invasão do Estado na área editorial.

Segundo o Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sérgio Lacerda, o Estado já edita mais do que toda a indústria editorial privada. Todos os participantes dos diversos painéis sobre "O Livro na Constituição" condenaram qualquer forma de censura, até mesmo a do pensamento. O Sindicato defende, ainda, a revogação pura e simples de qualquer legislação de censura.

No documento que divulgarão na segunda-feira, os editores pedirão ao Governo a atualização da lei de Direito Autoral e condenarão a consagração, principalmente nas universidades, do uso da apostila, o que Sérgio Lacerda considera "um roubo do direito autoral".

— Se o Ministério da Educação quiser, autua hoje todas as universidades por crime contra o direito autoral. O Jorge Amado, por exemplo, é um dos autores mais xerocados no País inteiro — diz Sérgio Lacerda.

Além de propor a imunidade do livro na futura Constituição, os editores querem que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo pro-

fessor Afonso Arinos, aceite a sugestão de modificação da legislação complementar à Constituição.

O Vice-Governador Darcy Ribeiro, representando o Governador Leonel Brizola, o ex-Ministro Eduardo Portela, o Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, o editor Alfredo Machado, o constitucionalista Wilson Accioli, o ex-Prefeito de Niterói Wellington Moreira Franco, o professor Arnaldo Niskier e o editor Fernando Gasparian foram alguns dos conferencistas.



Lacerda: Estado já edita mais que a indústria privada